O Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil e a Unidade de Saúde da Mulher, do Homem, Gênero e Diversidade Cultural da OPAS/OMS no Brasil participam de uma reunião técnica sobre atenção à saúde da população trans, celebrada entre os 19 e 21 de dezembro, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde -OPAS/OMS, em Washington D.C., Estados Unidos.

Com o objetivo de discutir uma série de recomendações para os serviços médicos sobre atenção à saúde das populações transgênero, a qual contou com a presença de representantes dos serviços de saúde, da comunidade acadêmica e das organizações que lutam pelos direitos de pessoas transexuais na América Latina e Caribe.

As conclusões desta reunião, na qual foram analisados os principais problemas que afetam o acesso e provisão de serviços de saúde para esta população, farão parte de um documento de referência para a atenção à saúde de pessoas transgênero e transexuais. Também será delineado um plano para elaborar uma estratégia integral de cuidado em saúde para esta população em toda a região.

Os assistentes a este encontro resolveram adotar o termo "trans" para definir uma população com identidades variadas de gênero e diferente ao sexo de atribuição. Esta população enfrenta uma série de problemas para ter acesso aos serviços de saúde em seus países, muitos deles vinculados à estigmatização, falta de protocolos de cuidado médico e falta de informação sobre como atuar ante determinadas situações.

"A população trans tem sido tradicionalmente estigmatizada, marginalizada, maltratada, discriminada e até sujeita à violência física e emocional. A transfobia deve ser considerada como um fator que repercute em negativamente a saúde", indicou a Dra. Gina Tambini, gerente da Área de Saúde Familiar e Comunitária. "Para que o setor da saúde possa responder adequadamente às necessidades das pessoas trans, é necessário criar e aplicar políticas de não discriminação, contar com pessoal qualificado e garantir que existam ambientes de respeito e qualidade da atenção", afirmou a Dra. Tambini.

Os problemas de saúde que afetam as pessoas trans são similares aos que afetam o resto da população, mas algumas condições têm maior extensão dentro destes grupos porque se enfrentam situações que aumentam sua vulnerabilidade ou o risco de exposição a agentes patógenos, coincidiram os especialistas que participaram nesta reunião.

Além de problemas de saúde que afetam desproporcionalmente grupos de pessoas trans, como HIV, sífilis, gonorréia, hepatite ou herpes genital para mencionar alguns exemplos, existem demandas em matéria de afirmação ou construção de gênero que requerem ser atendidas pelo setor saúde.

"As necessidades, problemas e demandas das pessoas trans em matéria de saúde não podem ser definidas externamente, mas devem ser expressas por eles mesmos", adicionou.

Na reunião celebrada na OPAS/OMS se debateu a terminologia, definições e descrições da população, bem como os perfis epidemiológicos e as iniciativas que se têm levado adiante em matéria de saúde na região, entre outros temas. Além de revisar e debater o conteúdo do documento de referência que será posto em consulta o próximo ano, a reunião teve por objetivo promover uma visão multissetorial e multidisciplinar da provisão de serviços de saúde para esta população, incluindo a atenção e prevenção, entre outros.